

Macaco fala? Subjetividade e performance cruzadas em P. B. Preciado

Monkey speaks? Subjectivity and performativity crossed in P. B. Preciado

Marcos Nalli

<https://orcid.org/0000-0001-6476-1472> – E-mail: marcosnalli@yahoo.com

RESUMO

Neste artigo, busco construir uma série de reflexões a partir da conferência “Eu sou um monstro que vos fala”, feita por Paul B. Preciado durante a Jornada Internacional da Escola da Causa Freudiana, em Paris, em novembro de 2019. Para tanto, busco compreender o sentido da monstruosidade no corpo e no discurso de Preciado, “um homem trans, um corpo não binário”, à luz das reflexões foucaultianas sobre monstruosidade e anormalidade.

Palavras-chave: Foucault. Preciado. Monstro. Performatividade. Subjetividade.

ABSTRACT

In this article, I try to build a series of reflections based on the conference “I am a monster who speaks to you”, given by Paul B. Preciado during the International Conference of the School of the Freudian Cause in Paris, in November 2019. To this end, I seek to understand the meaning of monstrosity in the body and discourse of Preciado, “a trans man, a non-binary body”, in the light of Foucauldian reflections on monstrosity and abnormality.

Keywords: Foucault. Preciado. Monster. Performativity. Subjectivity.

Introdução

Gostaria aqui de esclarecer, primeiramente, que não pretendo tecer qualquer análise ou crítica de fundo hermenêutico sobre a justeza ou não das críticas que Paul Beatriz Preciado dirige aos psicanalistas em geral e às psicanálises freudiana e lacaniana em específico. Isto seria uma sorte de política dos saberes e da ordem do discurso, travestidas de precauções metodológico-hermenêuticas, cuja finalidade é a interdição e a sanção em termos de legitimidade e autoridade. A mim, apenas interessa expressar algumas impressões – subjetivas – na forma de considerações analíticas – portanto, travestidas de alguma pretensa objetividade – sobre a performatividade discursiva e corpóreo-existencial de Preciado em função da assunção pública e política de sua condição transgenérica. Portanto, o travestimento visado é outro, numa oscilação transitiva entre o subjetivo e o objetivo, diante de uma dada performatividade que se realiza politicamente no discurso e no corpo. É esta transitividade performática que me interessa aqui. Razão esta que, inclusive, serve de justificativa às considerações aqui expressas, isto é, também numa linha de performatividade.

Por outro lado, para intentar levar a bom termo esse exercício performativo de pensamento e interpretação, permitir-me-ei tracejar alguns pontos de interlocução com diversas sugestões de Michel Foucault, principalmente aquelas em torno de suas análises proferidas nos cursos *O Poder Psiquiátrico* (2006), de 1973-1974, e *Os Anormais* (2002), de 1974-1975, ambos proferidos no Collège de France, e que nos fornecem pistas instigantes para pensar a emergência e institucionalização de saberes e práticas psiquiátricas e que, em alguma medida, a psicanálise tanto é crítica quanto devedora, numa ambivalência recalcitrante que parece preservar a tão velha quanto ainda atual epistemologia da diferença sexual, mesmo que Preciado a julgue como uma epistemologia em crise pelo menos desde o fim da Segunda Guerra (PRECIADO, 2022, p. 65).

“Eu sou um monstro que vos fala”

Chama a atenção o modo como Preciado inicia seu discurso em 17 de novembro de 2019 durante a 49ª Jornada da *École de la Cause Freudienne* cujo tema geral foi “Mulheres na Psicanálise”, e seu discurso teve como título “Um apartamento em Urano” (PRECIADO, 2019a), pelo menos em sua tradução brasileira. Título, que por si só já causa alguma estranheza, e que remete ao livro homônimo, publicado originalmente em abril de 2019, no qual Preciado relata sua transição entre os gêneros feminino e masculino. Daí seu subtítulo: “crônicas da travessia” – *cruce* em espanhol, que também pode ser traduzido por cruzamento ou encruzilhada. O que deve ser levado em conta, uma vez que implica aquele ponto geográfico que coincide com a temporalidade momentânea, seja para a confluência convergente de todos caminhos que levam a esse ponto, ou que dele divergem e espraiam em múltiplas possibilidades, sendo de qualquer modo marcadas por sua condição de transitividade alojada na possibilidade da experimentação à medida que supera a ideia de fronteira e limiar pelo simples fato que universaliza a fronteira como ponto “de tradução, de contaminação, de deslocamento” (PRECIADO, 2010, p. 62). É preciso ter claro que esta citação se refere de modo específico à tese de que toda a linguagem é fronteira como produto político daqueles movimentos, mas que nos termos de Preciado não parece contradizer com a questão do corpo e da subjetividade aí implicada. Por isso ela se entrelaça com a própria biografia de Preciado que vai pouco a pouco, pelas crônicas outrora publicadas no *Libération* e desde então reunidas de tal modo a emaranhar diversos fios, aqueles de sua própria vida em transição e aqueles dos acontecimentos recentes, uma história

que “não é da passagem de um ponto a outro, mas da errância e do interlúdio como lugar de vida”, como diz Virginie Despentes (2019, p. 12) no prefácio que dedica ao livro de Preciado (2019b) e que ele, por sua vez, afirma:

Não sei para que vim, mas estou aqui. Nesse apartamento de Urano que dá para os jardins de Roma. E vou ficar um pouco. Na encruzilhada. Porque ela é o único lugar que existe. Não existem margens opostas. Estamos todos na encruzilhada. E é dessa encruzilhada que lhes falo, como monstro que aprendeu a linguagem dos homens (PRECIADO, 2019b, p. 28).

Isto é, alguém (o que pode então, à luz das provocações de Preciado, significar tal termo, “alguém”?) que se apresenta como homem trans e como um corpo (atenção: e não com um corpo do qual se é pretensamente o detentor) não binário. O corpo aqui não é uma posse, mas um modo de existência fundamental para garantir a possibilidade sempre aberta dos cruzamentos das fronteiras estabelecida, que não bastam para impedir trânsito, principalmente ao tentarem aprisionar corpos em sistemas de signos e de enquadramentos, simbólicos, cognitivos, morais e políticos. Afinal, é da ordem do corpo como tal estar sempre em trânsito e em curso. Por tudo isto Preciado – e qualquer outro ou outra que assume para si essa performatividade corpórea e discursiva – é um monstro. Aliás, este monstro que fala, que aprendeu a linguagem dos homens e que assina Paul B. Preciado se apresenta exatamente assim a seus ouvintes psicanalistas – este é o título que sua conferência recebeu quando publicada em francês ou espanhol, e mais recentemente em português: “eu sou um monstro que vos fala” (PRECIADO, 2020a, 2020b; 2022).

Mas sob que termos Preciado autodefine sua monstruosidade? Logo após as saudações – em francês e espanhol, desde América Latina e Espanha – a todas e todos os ouvintes e também àqueles que não são “*señoras ni señores*”, membros psicanalistas, Preciado alude ao famoso texto de Franz Kafka, presente em seu espólio, intitulado “Um relatório para uma Academia” que tem como relator/narrador um macaco que à força de escapar da caça e das clausuras que lhe foram impostas pelos homens, aprendeu a língua desses mesmos homens, e seus jeitos e costumes. Não para se fazer livre, mas para escapar da jaula, cair fora, “*sich in die Büsche schlagen*” (KAFKA, 2001, p. 71). E Preciado se identifica com Pedro Vermelho, o macaco do conto de Kafka, e tal como ele, se dirige a uma Academia – a certo grupo específico de homens e mulheres, doutos de um saber, aquele da psicanálise, para colocar a difícil questão do gênero: ele que outrora fora Beatriz e que agora é Paul, e que, como veremos, ainda assina “B.”. Ele que não negligencia suas origens, mas que pensa o presente a partir de sua condição, de sua jaula autoimposta, presente, um corpo transexual numa condição não binária, um mutante como insiste em dizer. Condição essa que se por um lado parece aludir para um processo de identificação e de subjetivação, deve ser caracterizada na própria temporalidade da fronteira/cruzamento que não leva a algum destino devidamente demarcado e bem caracterizado ao ponto de infligir alguma teleologia à transitividade então vivenciada e performada.

No entanto, há aqui um ponto crítico e tensional do ponto de cruzamento entre a subjetividade performada a partir de uma língua (dos homens) que se aprende. Preciado não parece refletir sobre a constituição ontológica de sua condição transgenérica, como se tal condição fosse pré-dada, antecipada, ao aprendizado da língua. Ora, o monstro não existe previamente; ele se faz na performatividade de seu aprendizado linguageiro. O monstruoso se constitui quando fala, quando se põe a manusear as ferramentas constitutivas das identidades dos homens, sua língua e seus saberes. Esse parece ser o caso de Pedro Vermelho, a quem Preciado se compara. A sua monstruosidade está na confluência, ou para se valer do título de um de seus livros, no cruzamento da fronteira que separa corpo e linguagem, material e imaterial, cuja per-

formatividade se realiza, mas sem se acabar e restringir em cada polo, no território informe de um corpo e de uma língua que se dão a olhos vistos e a ouvidos suficientemente abertos para a inquietude dessa existência monstruosa.

Macaco fala? Interditos discursivos, performatividade e transgressão

E daí surge a questão que dá título a estas impressões travestidas de considerações com pretensão de objetividade, mas que não pode negligenciar sua condição subjetiva que serve de motivadora: macaco fala? E qual a importância da questão? É que pela mesma estratégia analógica de Preciado, remeto a outra questão, “urso fala?” – questão feita pelo psiquiatra francês Dr. Leuret ao seu paciente – tão bem relatada por Foucault em *O Poder Psiquiátrico* (FOUCAULT, 2006, p. 197) e que funciona como critério distintivo entre normalidade e anormalidade, entre saúde e doença, entre sanidade e loucura, e pela qual se consuma e constata o sucesso das estratégias terapêuticas em psiquiatria.

Da mesma forma que ursos não devem falar, macacos também não. Isto garante o primeiro passo para a determinação da sanidade. Primeiro passo porque a sanidade não será determinada nos corpos de macacos e ursos, mas naquele que é instigado a responder se macacos e ursos podem falar, e ao ajuizar sobre tais bizarrices (desde que perspectiva? Certamente desde a perspectiva médico-psiquiátrica), fala-se de si mesmo fornecendo os elementos para uma sentença de monstruosidade e anormalidade. E por analogia, ao menos, não convém que indivíduos trans também falem – é o que Preciado parece sugerir. O silêncio, ainda que forçado e compulsório, é imperativo de cura e saúde. E ao ser forçado a admitir que urso não fala – e macaco também não –, Dupré, aquele paciente do Dr. Leuret, pode enfim ser atestado como curado. Afinal ele era louco, mas a partir dessa admissão assumida sob condições bem características das estratégias terapêuticas daquela época cuja estranheza é de que ela se sustenta sobre os mesmos fundamentos político-epistemológicos que fundam nossos saberes e nossas práticas atuais, donde advém um amplo lastro de diagnósticos e prognósticos que atravessa a cotidianidade e banalidade de nossas existências. Enfim para obter a alforria curativo-disciplinar ele também tem que se calar, tem que dar cabo de sua voz delirante, da monstruosidade de dizer ser quem não é ou não deve ser, de não poder ser mais Napoleão, de não poder falar de um lugar e de uma subjetividade que não é sua, mas de que – segundo o que nos ensinam os nosógrafos da psiquiatria – por causa de seu delírio e loucura, se apropria indevida e irresponsavelmente. Sua emancipação, quer dizer, sua cura, tem um preço: seu silêncio e mutismo. Seu delírio não deve ter qualquer chance de expressão pública, a não ser enjaulado.

E se o louco/urso e o trans/macaco podem falar, suas falas, seus dizeres são rebaixados a meros balbucios desprovidos de sentido e de verdade – verdade essa que só pode ser enunciada desde o alto do saber, psiquiátrico ou psicanalítico, e por generalização, instituído como metodologicamente rigoroso e epistemologicamente vero-científico. Eles são ou participam de outras formas de vida cuja linguagem, se admitida como possível, tem que ao menos estar necessariamente vetada à possibilidade de inteligibilidade e entendimento àqueles que desde a margem do saber e da razoabilidade podem afirmar e dizer uma identidade alçada à condição normativa autoinstituída ao mesmo tempo que vale e funciona como princípio de interdição à outra margem e a todas e todos que ali a habitam, forçosamente em silêncio. Não devem falar, uma vez que muito se pode falar delas e deles. Claro, Dupré fala, mas ele não tem o direito de fala, não é senhor do que fala, seu discurso é desprovido de um fundo de verdade. A verdade de seu discurso, assim como de sua existência, de sua loucura ou sanidade, advém não de si mesmo,

mas do olhar perscrutador de seu médico que responde por ele e a despeito dele. E ao perscrutar, seu médico ajuíza numa espécie de sentença judiciária, o estado, a condição, a natureza e o ser mesmo daquele que é seu paciente. Mesmo que o louco e o anormal digam, e isto vale também para pessoas transgêneros como Preciado e muitos outros, só pela baliza epistêmica – e ao mesmo tempo como uma relação assimétrica de força – que autoriza o médico, o analista, o terapeuta, em função de sua autoridade epistêmica declarar sua verdade (FOUCAULT, 2002, p. 8). Verdade essa obtida pela demonstração no exame realizado por um médico que, ao enunciar a verdade no corpo e nas ações do examinado, também se transforma em juiz, e que tem como sua antípoda a figura dobrada do autor da infração com o sujeito delinquente:

[...] a partir do momento em que o médico ou o psiquiatra tem por função dizer se é efetivamente possível encontrar no sujeito analisado certo número de condutas ou de traços que tornam verossímeis, em termos de criminalidade, a formação e o aparecimento da conduta infratora propriamente dita – o exame psiquiátrico tem muitas vezes, para não dizer regularmente, um valor de demonstração ou de elemento demonstrador da criminalidade possível, ou antes, da eventual infração de que se acusa o indivíduo (FOUCAULT, 2002, p. 27).

Como então não se chocar com a voz de um corpo trans? Como nem mesmo se irritar e se incomodar com uma voz que teima em expressar esse corpo estranho que ao se enunciar produz em seus ouvintes uma disforia? Uma sorte de disforia bastante complexa: emotiva porque incomoda, hermenêutica porque desafia toda sorte de compreensão, heurístico-científica porque abala os cânones epistêmicos do que é estabelecido como fato e verdade científicos, e política porque é a voz de um abjeto que insiste e exige ser ouvida e se fazer pública. E por que essa voz monstruosa choca? Porque ela se impõe contra todo o sistema político-normativo de ordenação do discurso, atentando contra a vontade de saber, e como não dizer também contra a vontade de poder (para nos lembrarmos de Foucault e Nietzsche passando por Bataille) então vigentes. O que não quer dizer que não se tentou enredá-la num sistema estratégico de captura. É sob essa condição estruturante que Freud pensou dar conta do desejo na totalidade de suas formas, universalizável, ao que Foucault, com certa dose de ironia, observa: “Freud, avançando na direção das relações do desejo com a verdade, acreditou que Édipo lhe falava das formas universais do desejo; ao passo que ele lhe contava as coerções históricas de nosso sistema de verdade (desse sistema no qual Freud vinha tropeçar)” (FOUCAULT, 2018, p. 173). E qual foi o tropeço de Freud? O de que a psicanálise não logrou escapar do sistema de verdade, do gradiente epistemológico outrora dado e no qual o discurso psicanalítico se instituía como discurso veraz, e a prática psicanalítica se fazia como clínica, aos moldes dos saberes e das práticas médicas então vigentes, sentenciando judicialmente os desejos, os corpos, as existências sob a égide dos cânones moralizantes de então.

É a partir desse quadro geral do entrecruzamento do médico com o legal-judicial, com o saber e o poder, a partir de uma tecnologia de normalização (FOUCAULT, 2002, p. 31-32) que Foucault introduz o tema do monstro (e que nos é importante para entender a autodefinição preciadiana de sua monstruosidade).

Durante as aulas de 22 e 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 1975, do curso *Os Anormais* (2002) dado no Collège de France, Foucault se detém na discussão sobre um dos temas fundadores para o tema da anormalidade, qual seja, o tema do “monstro humano”, cuja definição primeira é de que ele, o monstro, em sua existência e forma, uma violação das leis da sociedade e da natureza, combinando o proibido com o impossível e, ainda assim, paradoxalmente, fornecendo um princípio de inteligibilidade. De qualquer modo, ainda segundo Foucault, o

monstro não opera sozinho da constituição do anormal, contribuindo para tal, também e conjuntamente, a figura do incorrigível e do masturbador e onanista (FOUCAULT, 2002, p. 75-77).

Um ponto importante a ressaltar aqui é, para Foucault, ainda que interrogue tanto o sistema médico quanto o sistema judiciário, o monstro é, por assim dizer essencialmente, uma figura e uma noção jurídica. A presença do monstro, sua existência constatada, é a transgressão, a infração radical da lei, pelo qual a ordem natural é abalada e desordenada e, por conseguinte, a ordem jurídica também, deixando de funcionar em suas práticas e em seus regramentos. É essa caracterização jurídico-natural da monstruosidade que é encontrada desde ao menos o fim do século XVI, atravessando os XVII e XVIII e ainda se fazendo presente no XIX. Mas é justamente no século XIX que se começa a desenvolver uma “nova teoria da monstruosidade” (FOUCAULT, 2002, p. 82). Essa nova monstruosidade começa a se configurar em torno da problemática dos hermafroditas – que atualmente chamamos de intersexo, e que por si, tal nomenclatura já sugere outras tantas investigações sob a inspiração que os textos e as aulas foucaultianos nos podem suscitar; afinal, em que medida usar a noção de “intersexo” continua a reverberar aquela tese clássica da mistura dos sexos no hermafrodita enquanto monstro contranatural? Em que consiste, em suas linhas gerais, essa nova teoria da monstruosidade? Para dar conta de apresentá-la, Foucault se concentra em dois casos: aquele da hermafrodita de Rouen, que suscitou um intenso debate entre os médicos que atuaram como examinadores da genitália e, pois, do corpo de Marie/Marin Lemarcis, em 1601 (Foucault confunde as datas afirmando ser entre 1614-1615), e o de Anne Grandjean, conhecido sob o nome de Jean-Baptiste, de Lyon, em 1765 (FOUCAULT, 2002, p. 85-93). No primeiro caso, há uma disputa entre *experts* médicos (em termos de saberes e práticas) para se decidir se houve ou não uma transgressão de natureza; no segundo, mesmo atestando más conformações genitais, é a sua conduta e seu comportamento que são julgados como monstruosos. Se Marie/Marin Lemarcis é um monstro contranatural, Anne/Jean-Baptiste Grandjean o é apenas em face de seu comportamento e, por isso, é um monstro moral.

Em todo caso, [...] vemos que se esboça uma mudança, que é de certo modo a autonomização de uma monstruosidade moral, de uma monstruosidade de comportamento que transpõe a vela categoria do monstro, do domínio da alteração somática e natural para o domínio da criminalidade pura e simples. A partir desse momento, vemos emergir uma espécie de domínio específico, que será o da criminalidade monstruosa ou da monstruosidade que tem seu ponto de efeito não na natureza e na desordem das espécies, mas no próprio comportamento (FOUCAULT, 2002, p. 92-93).

Essa monstruosidade moral, até o século XIX, tinha uma correlação tendo por referência a criminalidade, sendo que até então se considerava encontrar em toda monstruosidade algo de criminoso. A partir daquele século, a correlação se inverte, de modo a considerar como possível que por detrás de todo criminoso havia um monstro; e que perdura ainda hoje, ou ao menos, bem recentemente, como atestam Collares e Temple (2023) ao analisarem um caso famoso, o primeiro caso de cirurgia de redesignação sexual, realizado no começo dos anos de 1970, que custou àquela mulher – seu nome, é importante dizê-lo: Waldirene Nogueira –, em sua transgeneridade, o pesado fardo de uma existência judicialmente condenada como monstro sexual e perverso, impossibilitada de ter seus registros oficiais alterados, o que só obteve quarenta anos depois, impossibilitada até de ter seus direitos constitucionais de ir e vir, de livre trânsito, respeitados. Crime e monstruosidade se interpelam, mas desde o século XVIII, com a introdução temática do monstro moral a partir do corpo hermafrodita, é a natureza que é visada ao se pensar e ao se punir o crime pois se este tem algo como uma quebra, uma rup-

tura, uma transgressão daquilo que há de mais fundamental, isto é, racional, na ordem social, é porque há algo no criminoso, no agente moral e social do crime, algo de irascível, de contra-racional, de alguma sorte de monstruosidade, que precisa ser examinado para se atestar sua perversidade inerente. Afinal, nessa nova economia do poder, “se punirão indivíduos que serão julgados como criminosos, porém avaliados, apreciados, medidos, em termos de normal e de patológico” (FOUCAULT, 2002, p. 114).

Ora, como bem atentam Collares e Temple (2023, p. 240-241), essa avaliação médica, esse exame clínico por que passa o corpo desviante – siamês, criminoso ou hermafrodita – que se interpenetra no julgamento legal (e moral) dos mesmos prevalece sobre a consideração detida exclusivamente das condutas e dos comportamentos: se há ações que atentam contra a moral e os bons costumes e, por generalização, contra a razão, é por que seu agente tem os desvios no nível mais fundamental de sua existência, isto é, em seu próprio corpo, ou em sua alma – aquela mesma que aprisiona o corpo, como Foucault assinala em *Vigiar e punir* (1988a, p. 32) – ou em sua dimensão mais subjetiva possível. Ela ganha sua grande forma de expressão e captura num sistema de saber-poder pelo dispositivo da sexualidade: “Dentre seus emblemas, nossa sociedade carrega o do sexo que fala. Do sexo que pode ser surpreendido e interrogado e que, contraído e volúvel ao mesmo tempo, responde ininterruptamente. [...] E que o faz dizer a verdade de si e dos outros” (FOUCAULT, 1988b, p. 75).

É a partir desse cenário, desse horizonte que constitui nossa atualidade, que se pode situar a crítica de Preciado dirigida à instituição psicanalítica à medida que se tenta qualificar a transexualidade como psicose e se lhe tenta impor outros tantos termos médicos, como disforia, por exemplo. Diz Preciado, ainda em *Um apartamento em Urano*:

Mas o que significa falar para aqueles a quem foi negado o acesso à razão e ao conhecimento, o que significa para nós, que fomos considerados doentes mentais? Com que voz podemos falar? O jaguar ou o ciborgue podem nos emprestar suas vozes? Falar é inventar língua da travessia, projetar a voz numa viagem interestelar: traduzir nossa diferença para a linguagem da norma, enquanto continuamos a praticar em segredo um blá-blá-blá insólito que a lei não entende (PRECIADO, 2019b, p. 23).

Por isto, tentando escapar da jaula imposta e se permitindo outra, porém escolhida por si mesmo e autoimposta, Preciado opta em falar não com a voz de um jaguar ou de um ciborgue, mas como um símio kafkaniano cuja monstruosidade é poder se valer da linguagem humana para vocalizar outros modos de experiência de si, bem mais que um tipo classificável em sistemas nosográfico-patológicos e normativo-hierárquicos. Daí também sua admiração pelo termo “uranista”, cunhado pelo jurista alemão Karl Heinrich Ulrichs em 1864 para falar de si mesmo (no caso de Ulrichs uma alma feminina que habita um corpo masculino) e que por pouco não cai no esquecimento ou nas glosas das crônicas menores e sem importância, subjulgado pelas categorias até hoje utilizadas de “hétero” e “homossexualidade” como marcadores e descritores – no entender de Preciado, biopolíticos – da identidade e da subjetividade, esta “cicatriz deixada pelo corte na multiplicidade do que poderíamos ter sido” (PRECIADO, 2019b, p. 24). E que para escapar desse lugar, dessa jaula, é preciso entender o que se coloca em termos dessa nova fala/língua, cuja performatividade permite e exige outro modo de pensar: “pensar em termos de relação e de potencial de transformação, e não em termos de identidade” (PRECIADO, 2019b, p. 39).

Sobre a subjetividade performada

É nesse contexto que se deve entender também as noções de fronteira e cruzamento (*cruce*), de mutante e mesmo de monstro, pelas quais Preciado se caracteriza e caracteriza sua posição de transitividade diante do gênero, da sexualidade, e de seu corpo.

Mas que não nos iludamos: a questão da subjetividade, dos modos de subjetivação, do “modo em que se constrói e se desconstrói a subjetividade” (PRECIADO, 2008, p. 16) continua a ser do interesse de Preciado, como se pode atestar em *Testo Yonqui* (2008), ainda assinando Beatriz e sem ter incorporado o prenome Paul. Um movimento em que ficção, ensaio, corpo, afetos e política se entrecruzam na subjetividade que se constitui, se destitui/desconstrói para voltar a se reconstruir:

Este livro – diz ele quando ainda era ela (observação minha, claro) – não é uma autoficção. Se trata de um protocolo de intoxicação voluntária à base de testosterona sintética que concerne o corpo e afetos de B.P. É um ensaio corporal. Uma ficção, é certo. Em todo caso e se fosse necessário levar as coisas ao extremo, uma ficção autopolítica ou uma autoteoria (PRECIADO, 2008, p. 15).

Por alguma razão, a tradução brasileira optou pelo termo “autobiografia” em vez de “autoficção”, ainda que preserve o termo “ficção” para o resto da citação apresentada aqui. Não se trata, contudo, de uma autobiografia no sentido usual. Entre a *bios* e a *graphein*, entre uma vida a ser escrita e uma escrita da vida, é preciso notar que ela não é da ordem do relato confessional de uma vida e de ocorrências já dadas, mas de uma vida que se confunde com o próprio exercício, com a práxis performada de uma escrita que não apenas relata – no nível da linguagem escrita – meros acontecimentos, mas que dá corpo e conteúdo a uma vida e a uma subjetividade, cuja existência depende dessa confluência e coincidência entre vida e escrita, ao mesmo tempo que permite a realização, a feitura dessa escrita. Por isso, ela é da ordem da ficção, à medida em que vida e linguagem (escrita) se atualizam a cada palavra, a cada vírgula, em realidade efetiva. E que, entretanto, não deve culminar numa verdade ou numa conclusão definitiva sobre o sexo, o gênero, a identidade/subjetividade, “nem profecia sobre o mundo por vir” (PRECIADO, 2008, p. 16), preservando, pois, sua condição fronteira e transitiva. Pensar o sexo e o gênero nestes termos é se colocar sob a égide do dispositivo da sexualidade de que nos fala Foucault e do qual se faz necessário, ainda que de modo ilusório, mas certamente irônico, se liberar. Isto fica mais contundentemente claro quando Preciado narra sua experiência com a testosterona:

Nesse mesmo dia, umas horas mais tarde, me aplico sobre a pele uma dose de 50 miligramas de Testogel para começar a escrever este livro. Não é a primeira vez. Essa é minha dose regular. As cadeias de carbono $O-H_3C-H_3C-OH$ fluem gradualmente desde minha epiderme até as camadas internas de minha pele, até os vasos sanguíneos, as glândulas, as terminações nervosas. Não tomo testosterona para converter-me em um homem, nem sequer para transexualizar meu corpo, simplesmente para trair o que a sociedade quis fazer de mim, para escrever, para foder, para sentir uma forma pós-pornográfica de prazer, para acrescentar uma prótese molecular a minha identidade transgênero *low-tech* feita de dildos, textos e imagens em movimento (PRECIADO, 2008, p. 20).

Esta passagem é sugestiva por algumas razões. Primeiramente Preciado diz que sua relação com a testosterona não é o meio para convertê-la em homem, de Beatriz que quis ser Marcos (numa homenagem ao subcomandante Marcos do movimento zapatista, mas que logo foi convencida que a homenagem seria um gesto colonialista, espanhol, quer dizer europeu,

e branco que é), e acabou por assinar Paul, ou mais exatamente Paul Beatriz. A se considerar pelos anos de publicação de seus livros, pelo menos até 2010, com a publicação de *Pornotopia*, Preciado ainda assina apenas Beatriz. O marco legal está bem datado e é prodigamente contado por Preciado nessa pequena crônica que publica para contar do acontecimento: “La destrucción fue mi Beatriz” (PRECIADO, 2019, p. 236-238). A data é 16 de novembro de 2016, quando, ainda que não haja um atestado de óbito para Beatriz, cuja destruição da correspondente ficção legal foi necessária para inventar a ficção legal “Paul Beatriz”: “O sistema médico-legal me força a levar a cabo um suicídio legal para autorizar meu re-nascimento como ‘homem’. Assisto a minha morte e a meu re-nascimento legal. Sou ao mesmo tempo um cadáver e um recém-nascido legal” (PRECIADO, 2019, p. 237).

A partir desse momento passa a assinar Paul B. Talvez por pressão editorial, ou por comodidade e conveniência. O que é curioso, pois geralmente desde então o prenome Beatriz aparece não barrado como num impedimento, mas abreviado. Preciado não compôs seu antigo prenome feminino com o masculino formando um todo só, masculino e feminino, nem masculino e nem feminino; também não optou por aquele tipo de prenomes que são neutros, podendo ser atribuído a homens e mulheres, ou aos dois. Quis adotar algo como um prenome composto em que os dois gêneros aparecem, Paul e Beatriz. No entanto, o modo como o faz gera um incômodo. E o que incomoda aqui é a abreviação do prenome feminino. Não é um apagamento, um ocultamento, mas é uma abreviação de sua identidade feminina, ainda que, como bem coloca, há todo um deslocamento e crítica constante pelas teorias pós-feministas da “categoria ‘mulher’ como aquela que define o sujeito político do feminismo” (PRECIADO, 2010, p. 51).

Como que recapitulando *Testo Yonqui*, Preciado em *Um apartamento em Urano* parece explicar as razões de sua experiência com a testosterona e a sua não identificação com qualquer uma das categorias canceladas da divisão sexual ou de gênero:

Designaram-me do sexo feminino quando nasci. Diziam de mim que era lésbica. Resolvi tomar por conta própria doses regulares de testosterona. Nunca pensei que fosse um homem. Nunca pensei que fosse uma mulher. Era vários. Não me considerava transexual. Quis experimentar com a testosterona. Adoro sua viscosidade, a imprevisibilidade das mudanças que provoca 48 horas depois da aplicação. E sua capacidade, se as aplicações são regulares, de desfazer a identidade, de fazer emergir estratos orgânicos do corpo que de outro modo permaneceriam invisíveis. Aqui, como em outros casos, o essencial são as unidades de medida: a dose, o ritmo das aplicações, a série, a cadência. Eu queria tornar-me desconhecido. Não pedi testosterona às instituições médicas como terapia hormonal para tratar uma “disforia de gênero”. Eu quis funcionar com a testosterona, produzir a intensidade do meu desejo em conexão com ela, multiplicar meus rostos metamorfoseando minha subjetividade, fabricar um corpo como se fabrica uma máquina revolucionária. Desfiz a máscara de feminilidade que a sociedade havia colado em meu rosto até que meus documentos de identidade se tornassem ridículos, obsoletos (PRECIADO, 2019b, p. 27).

No entanto, Preciado teve um preço a pagar por sua escolha: “Depois, sem escapatória, aceitei identificar-me como transexual e ‘doente mental’ para que o sistema médico-legal pudesse me reconhecer como corpo humano vivo. Paguei com o corpo o nome que carrego” (PRECIADO, 2019b, p. 27). É nesta condição que Preciado se permite equiparar a Pedro Vermelho, o símio kafkaniano, enjaulado pela linguagem dos homens e que por meio dela, da jaula da linguagem, força os limites de sua significabilidade, para se fazer entender e chocar, performando não apenas com sua fala mas também como um corpo que ao se colocar como não binário busca se lança no limiar – nem dentro e nem fora – de todo e qualquer enquadramento naquele sentido concebido por Judith Butler em *Quadros de guerra* (2016) de inteligibilidade e de sensibilidade, a um só tempo epistemológica e política. Como aqui que se dispõe de linguagem

e conhecimento e tecnologia, urge pensar e agir (e ambos são modos de se fazer política) presentemente de modos outros, ao mesmo tempo locais e globais – “glocais” diz ele tantas vezes. É o que ele faz quando se dirige aos psicanalistas, apesar dos aplausos e risos da plateia – o que haverão de significar/denunciar tais comportamentos? Como (psic)analiticamente podem ser interpretados? – sem deixar de provocar alguma consternação:

[...] eu me dirijo hoje a vocês, acadêmicos da psicanálise, a partir da minha jaula de homem transexual: o meu corpo marcado pelo discurso médico e jurídico como transexual; caracterizado, na maior parte dos diagnósticos psicanalíticos de vocês, como sujeito de metamorfose impossível [...] estando, segundo a maior parte das teorias de vocês, para além da neurose; à beira, ou mesmo dentro, da psicose; tendo, segundo vocês, uma incapacidade de resolver corretamente um complexo de Édipo ou havendo sucumbido à inveja do pênis (PRECIADO, 2019a).¹

É sobre este elemento do conhecimento que quero retomar aquela citação do *Testo Yonqui*. Preciado naquela ocasião ainda assinando Beatriz faz menção à testosterona, a sua formulação molecular. Refere-se também a elementos biomédicos, como epiderme, camadas de pele, vasos sanguíneos, glândulas, terminações nervosas. Remete ainda a elementos advindos das mais variadas tecnologias: próteses, *low-tech* (isto é, numa referência opositiva ao *high-tech*, ou seja, numa postura de simplicidade e de menor complexidade ante os avanços tecnológicos), textos e imagens em movimento. Essa profusa confluência remissiva às tecnologias e ciências biomédicas e químico-farmacológicas, quero crer não ser a defesa ingênua à modernidade tecno-científica, mas a adesão a toda uma parafernália terminológica – uma gambiarra que exige, inclusive, toda uma teorização e prática própria, uma *gambilogia*² – para engendrar uma outra pragmática linguístico-política produzindo novos sentidos para as descrições do que se passa com seu corpo e dar expressão à nova identidade que vai pouco a pouco se constituído com essas experiências. O termo-chave para esta experiência é “prótese molecular”. É ela que caracteriza e expressa a experiência de Preciado com a testosterona. Preciado tem uma franqueza para consigo mesmo, que não dá para concluir se tratar da causa ou da consequência (ou se no fundo não se trata tudo da mesma coisa) de seu inconformismo e rebeldia diante duma “epistemologia política do corpo” e da diferença sexual, binária, hierárquica, pela qual a psicanálise é afetada e da qual é cúmplice: “Não venham me dizer que a diferença sexual não é crucial na explicação da estrutura do aparelho psíquico na psicanálise. Todo o edifício freudiano é pensado a partir da posição da masculinidade patriarcal do corpo masculino heterossexual, compreendido como um corpo com pênis erétil, penetrante e ejaculatório” (PRECIADO, 2019a).

Vale repetir a advertência inicial: não estou interessado nas críticas de Preciado à psicanálise e sim no arquetípica discursiva, na sua aparente adesão incontestada a um vocabulário tecno-científico pelo qual dá vazão à sua performance linguístico-corporal.

Como ele mesmo atesta, quando ainda mais afeito e sensível às teorias pós-feministas e teorias *queer*, houve dentre outros eventos, “a reabilitação, através da releitura de Foucault,

¹ Em espanhol está assim: “Pues bien, académicos del psicoanálisis, como el simio Pedro el Rojo se dirigía a los científicos, yo me dirijo hoy a ustedes desde la jaula del ‘hombre trans’. Yo, cuerpo marcado por el discurso médico y legal como ‘transexual’, caracterizado en la mayoría de sus diagnósticos psicoanalíticos como un ‘enfermo mental’ en mayor o menor grado, como un ‘disfórico de género’, o estando, según sus sofisticadas y dañinas teorías, más allá de la neurosis, al borde o incluso dentro de la psicosis, habiendo sido incapaz, según ustedes, de resolver correctamente un complejo de Edipo o una envidia del pene” (PRECIADO, 2020b, p. 18)

² Tomo a pretensão de aqui fazer o uso livre de uma expressão formulada por um grupo de artistas brasileiros que mesclam arte com reaproveitamento tecnológico, de tecnologias ditas obsoletas. Para tanto, conferir o site do grupo: <https://www.gambilogia.net/blog/>.

da noção de tecnologia”, mas principalmente de Donna Haraway que a partir da publicação de seu *Manifesto Ciborgue* “marcará um ponto de inflexão para a repolitização daqueles artefatos (o feminino, o animal, a natureza) que haviam sido pensados precisamente na própria fronteira do tecnológico” (PRECIADO, 2010, p. 51-52). O que se sugere aqui? A meu ver, duas coisas: (a) Com Foucault que há, senão uma coincidência, há ao menos uma confluência entre tecnologia e política ao ponto que se pode admitir a existência de tecnologias políticas dos corpos, sendo que com esta expressão, pode-se significar todo um aparato ao mesmo tempo tecnológico e político que afeta, modela e constitui corpos, ou melhor, que vetoriza politicamente os corpos de modo a modelar a própria subjetividade (PRECIADO, 2008, p. 57). E (b) com Haraway de que estes corpos modelados, impregnados de próteses dos mais variados tipos e que por isso constitui uma subjetividade diante de um limiar que não é o entre a natureza e a tecnologia posto que a primeira já é também desde então considerada artefato, mas sim do limiar entre tecnologia e política cuja repolitização não se dá de cima para baixo, mas desde baixo, desde o que não era entendido como sujeito de política, ou melhor, sujeito político.

É neste duplo que Preciado, contra uma epistemologia política da divisão sexual e da identidade interpõe uma tecno-política da consciência partilhada coletivamente (PRECIADO, 2019a, p. 266). É neste contexto que, contra uma teoria da tecnologia como mediação, ele propõe uma concepção da tecnologia em função das modificações/transformações da sensibilidade e dos limites naturais do corpo pelas próteses: a prótese molecular da testosterona e toda a modificação de consciência que ela propicia, as telas dos computadores, celulares e tablets como novas peles – do mundo e dos corpos em transição, transformando radicalmente os processos de subjetivação (PRECIADO, 2019a, p. 265) ou do dildo como prótese suplementar à fragmentação da “ecologia” da divisão sexual em termos de “penetráveis” e “penetradores”; não eliminando a divisão sexual, mas diversificando e a difundindo ou mesmo a diluindo até um extremo que volta a universalizar o corpo em função de suas potencialidades:

Estas segmentações não dependem de um tipo de predisposição biológica, nem inata e nem adquirida, posto que todo corpo é potencialmente penetrável, possui ânus, boca e é potencialmente penetrador, tem língua, dedos, mãos ou pode servir como porto de inserção protética dildônica e cibernética, todo corpo é capaz de linguagem excitante e pode excitar-se através da linguagem, da imagem, do tato, pode chupar ou ser chupado, todo corpo é ao mesmo tempo tóxico e viciado, válido e incapacitado, orgânico e tecnicamente suplementado (PRECIADO, 2008, p. 206).

Primeiramente, aqui tem a meu ver um limitador na argumentação e narrativa de Preciado: toda a relação sexual fica reduzida ao binômio penetrante/penetrável, toda o ato sexual, ainda que retirado o foco sobre as genitálias, ainda fica restrita a um ato de penetração, donde os indivíduos podem transitar de um polo a outro, mas ainda no arco do ato de penetração. Preciado consegue alterar as regras pelas quais se determinam os agentes do ato – diluindo, inclusive, a ideia dicotômica de agente/paciente – mas a estrutura bipolarizada do ato sexual ainda é preservada. Não é ela, essa estrutura bipolarizada do ato de penetração, uma estrutura normativa do ato sexual, herdeira do “heteropatriarcado colonialista” criticado por Preciado, uma vez que ainda preserva um “local” no corpo próprio ao ato sexual, isto é, os orifícios para penetração, as partes extensíveis, como dildos, do corpo como penetrantes? E por que não situar todo o prazer e todo ato sexual difusamente por toda a pele e mesmo todos os tecidos “friccionáveis”, tecnologicamente utilizáveis do corpo?

Outro ponto a se considerar daquela citação, pode ser colocado sob a forma de uma questão: Qual a importância de se tematizar tecnologicamente os corpos e perceber a pul-

verização subversiva da epistemologia política da divisão binária dos corpos e dos gêneros? É que ela permite, por um lado, identificar criticamente a lógica tecno-política que legitima e constitui corpos como politicamente subalternos ou abjetos, corpos estes tratados epistemologicamente como suficientemente exóticos, como as mulheres a que se dedicam os psicanalistas – aqueles mesmos psicanalistas constrangidos pela fala impiedosa de um homem trans, um tecno-homem, como Preciado (2008, p. 207) mesmo já havia dito –, a serem estudados ao mesmo tempo que política e economicamente mantidos em sua abjeção, em sua precariedade (penso aqui em Butler e Mbembe), em sua infâmia (penso agora em Foucault), que pode muito bem se fazer notar, a título de exemplo no trabalhador sexual:

A autêntica tecnificação do trabalho sexual não tem que buscá-la na presença de instrumentos técnicos na sexualidade, senão que esta opera de um modo mais sutil através da produção biotecnológica do corpo cultural do trabalhador sexual [...] Dito de outro modo, a melhor máquina altamente tecnificada mamadora de rolas é uma silenciosa e politicamente inativa boca de imigrante ilegal adolescente, boca extremamente jovem e carnuda, ou boca siliconada de transexual sem acesso a troca de sexo legal em seu documento de identidade. Estas são as tecnomáquinas sexuais do século XXI: corpos vivos que se lhes nega acesso ao espaço público, privados de discurso público e direito de insubmissão, despojados do direito à sindicalização, greve, seguro médico e seguro-desemprego. Aqui não há competição entre a máquina e o trabalhador como no fordismo tradicional, senão o contrário: o trabalho se torna biomáquina sexual (PRECIADO, 2008, p. 2017).

São tais corpos abjetos, relegados a tudo o que implica numa condição política subalterna que precisam ser reconhecidos e ouvidos como sujeitos políticos, independente da designação sexual ou de gênero. Preciado ainda é uma das poucas vozes e corpos que pode se expressar com alguma liberdade e franqueza que se fará notar, mesmo que constranja e incomode alguns, como os psicanalistas, presentes naquela jornada da *École de la Cause Freudienne*.

Conclusão (será?)

No entanto, vale observar que nem mesmo aquelas garantias sociais que Preciado menciona, se sustentam, ou podem realmente garantir à medida que se criam novas categorias de trabalhadores, donde as biomáquinas sexuais mencionadas por Preciado são agora paradigmáticas ou exemplares universais do novo trabalhador-máquina: o corpo volatilizado no tempo volúvel do trabalho, seja aquele das metas a se cumprir independente das horas trabalhadas ou naquele que flexibiliza o trabalho separando-o das formas sociais do emprego e do funcionalismo, e que vem sendo legitimado pelo neoliberalismo mediante o discurso edulcorado do sujeito como empreendedor de si mesmo e de seu capital humano. Assim, trata-se de lutar por novas tecno-políticas que permitam a ampliação e diversificação das experiências de subjetivação, sempre em transformação contra a epistemologia política da divisão sexual? Será esta, ainda, a jaula que nos prende ou apenas alguns de seus grilhões?

Mas podemos perceber que, tal como Foucault (por outras vias e de outras formas e com outros combates), Preciado não fala desde fora ou de cima do sistema, olhando-o e o julgando desde uma visada panorâmica. Eles falam desde dentro do sistema, desde o sistema de referências político-epistêmicas, ou epistemocráticas, que regem, ainda, a todos nós; um sistema paradoxalmente fechado e aberto, um sistema, ou um enquadramento como, por sua vez, afirma Butler, gerando “ontologias específicas do sujeito” (BUTLER, 2016, p. 15), que tanto condiciona quanto dá elementos para seu desmantelamento e reorganização de sua “economia dos me-

canismos de poder” (FOUCAULT, 2002, p. 108; PIMENTEL FILHO, 2020, p. 28-35). Ontologias que são historicamente contingentes (BUTLER, 2016, p. 16), posto que algo sempre escapa do sistema de enquadramento que determina e condiciona nossos sistemas de pensamento, de percepção e de ação. Pois, se continuamos a nos assombrar com fantasmas e monstros, é porque podemos aprender a ver de outros modos e, assim, permitir-nos dar asas à vida, mais uma vez, como nos lembra Collares e Temple ao refletirem sobre a vida de Waldirene, a primeira mulher redesignada no Brasil:

Por fim, se ainda vemos as sombras monstruosas aderirem àquela(s) que se desviam do “verdadeiro sexo”, é nesse ponto, na existência e sobrevivência de corpos e prazeres, os quais, de alguma forma, afrontam as classificações e apreensões dos mais diversos tipos de saber sobre a sexualidade, que pretendemos salientar a constituição de espaços de resistência que porventura surgem aos que, tal como Waldirene, sustentam – mesmo que a duras penas – suas “novas asas para a vida”. Essas asas se alçam, muitas vezes, para escapar à anulação e captura da própria vida, para enfrentar as violências cotidianas sofridas e a constante ameaça de extermínio, fomentadas por discursos e práticas alijados da alteridade e, sobretudo, para a composição política de alianças nas quais se coloca em pauta a construção de si mesmo e de relacionais que não sejam impossibilitadas e mitigadas em face do sexual (COLLARES; TEMPLE, 2023, p. 233).

Referências

- BUTLER, J. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- COLLARES, R. L.; TEMPLE, G. C. Os monstros humanos em Foucault e existências transgêneros. *Trans/Form/Ação*, v. 46, n. 4, p. 229-256, out./dez. 2023.
- DESPENTES, V. Prefácio. In: PRECIADO, P. B. *Um apartamento em Urano: Crônicas de travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- FOUCAULT, M. *Aulas sobre a vontade de saber*. Curso no Collège de France (1970-1971). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.
- FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988a.
- KAFKA, F. *Um médico rural. Pequenas narrativas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PIMENTEL FILHO, J. E. *Economia das relações de poder: um conceito de inspiração foucaultiana*. Curitiba: Appris, 2020.
- PRECIADO, B. Entrevista com Beatriz Preciado, por Jesús Carrillo. *Revista Poiésis*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 47-71, jul./2010.
- PRECIADO, B. *Testo Yonqui*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008.
- PRECIADO, P. B. *Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRECIADO, P. B. *Je suis un monstre qui vous parle*: Rapport pour une académie de psychanalystes. Paris: Éditions Grasset, 2020a.

PRECIADO, P. B. *Testo Junkie*: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, P. B. Um apartamento em Urano (Conferência). *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n. 8, 2019a.

PRECIADO, P. B. *Um apartamento em Urano*: Crônicas de travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2019b.

PRECIADO, P. B. *Un apartamento em Urano*: Crônicas del cruce. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019c.

PRECIADO, P. B. *Yo soy el monstruo que os habla*: Informe para una academia de psicoanalistas. Barcelona: Editorial Anagrama, 2020b.

Sobre o autor

Marcos Nalli

Pesquisador (PQ-2) do CNPq. Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutoramento em Epistemologia na CRH-EHESS – Paris (França). Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Recebido em: 19/06/2024

Received in: 06/19/2024

Aprovado em: 02/07/2025

Approved in: 07/02/2025